



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP PARA O NAFTA
(2017-2018): UMA MUDANÇA NAS RELAÇÕES REGIONAIS
NORTE-AMERICANAS**

Fernando Carlos Machado

Lajeado, dezembro de 2018.



Fernando Carlos Machado

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TRUMP PARA O NAFTA
(2017-2018): UMA MUDANÇA NAS RELAÇÕES REGIONAIS
NORTE-AMERICANAS**

Monografia apresentada à disciplina de TCC I do curso de Administração de Empresas com Linha de Formação em Comércio Exterior da Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de bacharel em Comércio Exterior.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Dalmáz

Lajeado, dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais por terem sempre me dado uma boa educação e terem me proporcionado estudar e chegar a esse momento, sempre me ajudando e aconselhando no que seja melhor para mim. Também, gostaria de agradecer aos vários colegas de Ensino Médio e de faculdade que me propuseram momentos marcantes e que me ajudaram a crescer pessoalmente e profissionalmente.

Também, agradeço aos meus tantos professores que me instigaram a sempre evoluir e estudar mais, em especial ao Prof. Dr. Mateus Dalmáz, pela grande ajuda nesse trabalho. Com certeza, se não fosse a ajuda dos mesmos, não teria chegado aonde cheguei.

RESUMO

As relações entre Estados Unidos, México e Canadá através do *North American Free Trade Agreement*, o *NAFTA*, desempenham um papel fundamental para a cooperação e o crescimento da região. Contudo, a eleição de Donald J. Trump para presidente dos Estados Unidos mudou a dinâmica e o princípio integrativo do que caracteriza essa organização internacional. Assim, esta monografia tem por objetivo geral analisar a política externa americana de Donald Trump em relação ao NAFTA entre o período de 2017-2018. Para atingi-lo foram utilizados diversos livros, artigos e sites especializados com conteúdo relativo à política externa americana assim como a história do NAFTA e, para tanto, utilizou-se o método de análise qualitativa, quantitativa e de análise de conteúdo a fim de elucidar o objetivo. Concluído o estudo, pôde-se observar que com a chegada de Donald Trump houve uma grande ruptura da política externa americana em relação ao NAFTA em comparação com os anos anteriores, tendo o viés do acordo mudado em decorrência das ações tomadas pelo presidente. Além disso, foi possível notar que com as ações políticas escolhidas pelo presidente os EUA iniciaram um novo ciclo político, tendo uma visão mais protecionista e uma política externa voltada aos estadunidenses e focada no desenvolvimento da economia interna do país.

Palavras-chave: Acordo de Livre Comércio da América do Norte, *NAFTA*. Donald Trump. Política Externa. Estados Unidos, México e Canadá.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Comércio trilateral - México, EUA, Canadá (NAFTA)..... | 35 |
| Gráfico 2 - Balança comercial EUA – México..... | 38 |
| Gráfico 3 - Balança comercial EUA - Canadá..... | 39 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Dados socioeconômicos mexicanos..... | 14 |
| Tabela 2 - Comércio EUA com México e Canadá (NAFTA)..... | 36 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 Objetivo Geral:..... | 16 |
| 1.2 Objetivos Específicos: | 17 |
| 2 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS | 18 |
| 2.1 Referencial teórico | 18 |
| 2.1.1 Política Externa: | 19 |
| 2.1.2 Organizações Internacionais..... | 21 |
| 2.1.3 Interdependência..... | 22 |
| 2.2 Referenciais metodológicos..... | 24 |
| 2.2.1 Definições da pesquisa quanto à sua natureza | 24 |
| 2.2.2 Características quanto ao objetivo geral | 25 |
| 2.2.3 Definições da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos | 26 |
| 2.2.4 Análises de Conteúdo..... | 26 |
| 3 HISTÓRICO DO NAFTA (1994-2017) | 28 |
| 3.1 A origem do NAFTA na década de 1990..... | 28 |
| 3.2 A trajetória do acordo nas décadas seguintes | 30 |
| 4 POLÍTICAS DO GOVERNO TRUMP EM RELAÇÃO AO NAFTA (2017-2018).... | 34 |
| 4.1 A importância econômica do NAFTA para os EUA | 34 |
| 4.2 Aspectos negativos do Acordo..... | 37 |
| 4.3 Restrições americanas ao tratado | 40 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |

REFERÊNCIAS.....47

1. INTRODUÇÃO

O precursor do *North American Free Trade Agreement - NAFTA* - foi o Acordo de liberalização econômica assinado em 1988, entre Estados Unidos e Canadá. Quatro anos depois, após muitas negociações, houve a adesão do México e sua vigência prática somente aconteceu em janeiro de 1994. O acordo tem como objetivo principal a diminuição das barreiras alfandegárias, a promoção do crescimento econômico e a facilitação da circulação de bens e serviços entre a região.

Desde o seu início, o acordo sofreu duras críticas por parte dos políticos e da imprensa americana, pois seu firmamento poderia significar grandes perdas econômicas internas e de PIB *per capita* no país. Apesar disso, houve uma grande evolução e mudança de paradigma econômico, havendo um acentuado volume de investimentos e de trocas comerciais entre os três países, não existindo grandes entraves diplomáticos e econômicos durante a vigência do tratado.

Contudo, as últimas eleições americanas mudaram esse paradigma. O mundo voltou-se aos Estados Unidos com certa apreensão e incerteza, pois, na disputa eleitoral, havia dois candidatos com ideais e uma visão de governo muito distintos, principalmente em relação ao republicano Donald J. Trump.

A preocupação e a curiosidade internacional foram sanadas quando Donald J. Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Em decorrência do seu pensamento nacionalista e protecionista no âmbito político, e polêmico na mídia e nas redes sociais, Trump atraiu a atenção dos atores internacionais, pois seu jeito imprevisível

e incoerente poderia causar constrangimentos e estremecer relações no cenário global, haja vista a importância estratégica internacional que os EUA têm no mundo, sendo um país chave em questões diplomáticas contemporâneas.

Com uma política externa visivelmente voltada ao nacionalismo, beirando ao populismo, Trump rompeu com todos os seus antecessores, não poupando palavras para demonstrar sua posição em relação a assuntos essenciais da política externa estadunidense, causando preocupação em temas como o NAFTA e os conflitos na Síria e no Oriente Médio.

Como esperado, acerca do NAFTA, os ideais de Trump foram confirmados. O acordo foi duramente criticado por não ser favorável aos EUA e, segundo o próprio presidente, por ter trazido uma série de problemas econômicos, principalmente em relação à fuga de empresas e à consequente perda de empregos para o México desde a aprovação do acordo.

Para tanto, através de uma análise histórica das relações entre EUA, Canadá e México no âmbito da NAFTA, o tema abordado procura entender a política externa do governo de Donald J. Trump desde sua eleição em 2017 em relação ao NAFTA, e suas implicações no âmbito regional e internacional. Ainda, busca-se compreender a necessidade americana de impor sua nova supremacia econômica intrabloco e como isso pode interferir no bem-estar diplomático e econômico dos países signatários.

Em toda a história mundial, a cooperação entre povos e nações foi importante para se atingirem objetivos e acarretar mudanças significativas, como conseguir territórios e encontrar soluções para subsistência. A partir daí, a cooperação e as alianças entre Estados tornaram-se comuns e necessárias, e foram potencializadas quando surgiram as primeiras Organizações Internacionais. A primeira Organização Internacional, segundo Dias (2010), data do ano de 1815 e foi criada a partir do Congresso de Viena; todavia, a maior parte das Organizações Internacionais foram criadas nos últimos 70 anos. Essa evolução recente da maioria das OI's foi fundamentada pelo crescimento da complexidade das relações entre os Estados após a 2ª Guerra Mundial, a fim de diminuir os conflitos entre as nações. Ademais, foi intensificada em decorrência do aumento da globalização e da facilidade das trocas tanto de informações como de produtos, o que tornou as relações entre os atores mais complexas.

A partir da década de 1990, com o advento e a popularização da internet, as novas relações econômicas entre os países, maior conhecimento e o desenvolvimento

de novos produtos e a propagação de empresas multinacionais por todo o mundo, fizeram com que muitos países pudessem conhecer novas culturas e produtos, facilitando o aumento do consumo e tornando as redes de interação mais rápidas, porém as deixando-as mais complexas.

No que tange ao NAFTA, o mesmo é um grande exemplo. Após a assinatura, de acordo com Nye (2009), a interdependência específica entre México e os Estados Unidos aumentou, ao passo que as assimetrias no relacionamento entre ambos diminuíram. Ou seja, ao aceitarem associar as suas economias, os Estados Unidos não só assumiram os riscos intrínsecos da economia mexicana, mas também de usufruir os benefícios desse maior acesso e dessa aproximação (NYE, 2009).

A partir do momento em que cooperar torna-se vantajoso para ambos, as OI's surgem como ferramenta de regularização e simplificação dos processos de trocas comerciais e servem como medidor das assimetrias do próprio bloco, principalmente nas últimas duas décadas em que as relações multilaterais tornaram-se mais profundas. Assim, as Organizações Internacionais buscam amenizar essas assimetrias e encontrar um equilíbrio entre os países signatários, a fim de ter um crescimento sustentável para ambos.

Mesmo passando por diversos momentos históricos, como ditaduras, regimes totalitários, guerras, descobertas científicas, atualmente parece que o meio político e a sociedade atual passam por uma grande ambiguidade de ideologias. Tem-se um grande volume de informação nunca antes visto, com a multiplicação de ideais igualitários, com discussões mais humanitárias, sobre gênero, raça, religião, política, entre outros, com uma oportunidade de infinitas descobertas potencializadas pela liberdade de expressão. Contudo, quanto mais informações temos sobre as verdades e as inverdades do passado mundial, parece que, no presente, a sociedade busca nos braços do conservadorismo e da radicalidade uma solução para seus problemas contemporâneos.

Os maiores exemplos de nacionalismo antigo foram o Nazismo e o Fascismo e, atualmente, casos como a eleição de Trump, o *Brexit*, e o crescimento da extrema direita na União Europeia e em diversos países são reflexos de como a sociedade contemporânea se sente e como quer lidar com os problemas atuais. Uma das principais consequências do crescimento desses pensamentos nacionalistas e, por vezes autoritários, é um sentimento de superioridade cultural do país em relação aos outros. Em decorrência disso, que - nos últimos anos - entrou em voga nas políticas

internas dos países, assuntos delicados como a xenofobia, o racismo e a individualidade, havendo por parte da população uma estarecedora aceitação.

O nacionalismo exacerbado ou ufanista tornou-se sinônimo de ganho de votos na política, não levando em consideração os direitos humanos e sociais, os quais demoraram tanto tempo para entrar em pauta na sociedade internacional; entretanto, busca-se fechar e proteger o país em vez de ter mais empatia e facilitar a cooperação entre povos.

Diante disso, questiona-se nesta monografia: qual a política definida pelo governo Trump para o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)?

Considera-se como hipótese que a política do governo Trump para o NAFTA contenha três aspectos básicos: o primeiro refere-se à importância econômica atribuída pelo governo Trump ao bloco; o segundo, aos aspectos negativos do acordo; o terceiro, por fim, às restrições americanas ao tratado.

Em relação ao primeiro aspecto – importância econômica atribuída pelos EUA ao bloco –, percebe-se que há grande importância regional e internacional do NAFTA, sendo ele considerado um dos maiores do mundo. O bloco abrange aproximadamente 478 milhões de pessoas, movimentando um grande volume de capital financeiro e de negócios. Desde sua assinatura em 1994, as trocas comerciais entre os três países cresceram de maneira considerável, praticamente triplicando o valor em apenas oito anos de acordo.

O bloco foi criado com o intuito de aumentar as trocas comerciais e fazer frente com a União Europeia e o Mercosul. Assim, as relações multilaterais dos países participantes por si só já reproduzem um sistema regional internacional de política externa clássica, voltado à área econômica. O NAFTA cumpriu bem - nos primeiros anos - com as premissas de uma Organização Internacional contemporânea, havendo, principalmente, uma inteligente cooperação, levando ao crescimento econômico na região em decorrência dos seus interesses em comum.

Essa cooperação trouxe para o bloco, e principalmente para o México e para os Estados Unidos, um acréscimo no desenvolvimento econômico, em especial na fronteira entre eles. O comércio prosperou consideravelmente após sua adesão, a exportação anual de produtos intrabloco, “cresceu de um total de 392,9 milhões de dólares em 1995, para mais de 1 trilhão em 2008, (...) obtendo com isso um crescimento de 95,44% entre 1995 e 2009” (GRAFF, RAFFI, 2011, p. 2). No ano de

2017 o comércio trilateral acumulado entre os países atingiu o valor de 1,2 trilhões de dólares (SONNELAND, 2018).

O México foi o país membro que teve o mais significativo aumento em termos econômicos, pois, antes do tratado, exportava 17,5% de seu PIB e, após a adesão, esse valor subiu para 26,5%. Isso representa um aumento de 9% do PIB nas exportações, consistindo em uma mudança considerável na balança comercial (GRAFF, RAFFI, 2011).

Ainda em termos de investimentos e da livre circulação de bens e de capitais, houve um crescimento relevante nos primeiros quinze anos de vigência do tratado, uma vez que foram criados 40 milhões de empregos, 25 milhões deles nos Estados Unidos, segundo a secretaria do NAFTA (EM INTERNACIONAL, 2017). O Canadá foi o país que obteve os investimentos mais significativos, seguido por Estados Unidos e México.

Em relação ao segundo ponto - aspectos negativos do acordo – há de se considerar que, apesar do crescimento exponencial do comércio entre os países do bloco, assim como crescimento de suas receitas, houve, por outro lado, consequências em relação à interdependência mexicana e à diminuição de empregos no território dos EUA e Canadá.

Com a liberalização econômica dada pelo tratado, o México foi o país mais visado em termos de investimento externo direto, seja pela sua mão de obra barata ou pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo. Por mais que tenham conseguido alavancar o seu PIB e as exportações, deixando a sua balança comercial mais favorável, essa facilidade na entrada de investimentos e de empresas, as chamadas *maquiladoras*, não mudaram o patamar socioeconômico Mexicano.

De acordo com Espósito (2013), um dos pontos é que a pobreza aumentou diretamente em relação ao aumento do investimento externo, pois o modelo criado foi favorável aos países desenvolvidos, seja pelas facilidades trabalhistas ou pelo modelo de negócio colocado. Isso deixou o México e os seus trabalhadores dependentes das multinacionais e dos EUA, ficando à mercê dos salários baixos e com mudanças pífias em relação ao poder de mobilidade social.

No ano de 2014, a porcentagem do índice de pobreza ficou em 46,2% e, no ano de 2016, 43,6%, o que demonstra que, apesar de uma pequena diminuição do índice no decorrer dos anos (TABELA 1), a adesão ao NAFTA não foi benéfica levando em consideração o número de investimento obtido. Além disso, é visível que a dependência mexicana para com os EUA cresceu na mesma proporção que o aumento das suas trocas comerciais.

Tabela 1- Dados socioeconômicos mexicanos

| Ano | 1994 | 1996 | 1998 | 2000 | 2002 | 2004 | 2006 | 2008 | 2010 |
|------------------------------|---------------|------------|---------------|---------------|------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| PIB (US\$ bi) | 421,725 | 332,90 | 421,21 | 581,42 | 649,07 | 759,77 | 952,27 | 1.096,18 | 1.039,66 |
| PIB per capita (US\$) | 4.650,11 | 3.546,9 | 4.342,3 | 5.816,6 | 6.324,1 | 7.223,8 | 8.830,84 | 9.893,41 | 9.132,81 |
| IED líquido (US\$ bi) | 10,972 | 9,185 | 12,756 | 18,109 | 23,783 | 24,8 | 20,052 | 26,295 | 18,679 |
| Ind. Pobreza | 52,40% | 69% | 63,70% | 53,60% | 50% | 47,20% | 42,60% | 44,40% | 46,10% |

Fonte: Do autor, adaptado de Espósito (2013, p. 50)

Seguindo o conceito interdependência, o ator que é menos dependente em relação ao outro tem mais poder (NYE, 2009). Essa dependência do México, principalmente com os EUA, deixa o país em desvantagem e submisso às decisões do país vizinho, o que acarreta em uma disparidade em relação ao princípio do tratado.

A dependência de mão de obra mostra que, segundo Espósito (2013), às *maquiladoras* funcionam como exportação indireta de mão de obra barata e não especializada para os EUA. Ou seja, “o lucro dessas é repassado para a matriz, deixando de ser investido no local onde se instalaram por isso elas não geram investimentos, desenvolvimento ou mesmo a transferência de tecnologia” (COSTA, 2013, p. 129), fazendo com que, a longo prazo, o país não se desenvolva efetivamente, ficando em constante dependência do monopólio das grandes multinacionais.

Outro ponto desfavorável para o México é que, com a facilidade de exportação e a entrada de novos produtos, foi colocada no país vizinho uma grande quantidade de produtos que desestabilizaram alguns segmentos da economia. Como, por exemplo, os EUA inundaram o país de milho subsidiado, oriundo da agricultura intensiva, gerando uma queda do preço que desestabilizou a economia rural mexicana (WALLACH, 2015). Como menciona Belle apud Salas (2013), em 1994, o número de

empregados nas maquiladoras era de 420 mil e, em 2000, foi para 1,3 milhões, fazendo com que os camponeses migrassem para procurar emprego em *maquiladoras*, diminuindo o seu salário.

Em relação aos EUA, o que mais se observa por parte dos críticos é que, com o advento do tratado, houve também um aumento do desemprego, isso devido à fuga das empresas para o país vizinho. Ao invés de ter criado novas oportunidades para as empresas norte-americanas e tê-las levado a contratar, o Nafta favoreceu a abertura de filiais no estrangeiro, principalmente no México, assim como também no Canadá, onde a mão de obra é barata (WALLACH, 2015).

Em dados, essa imigração de empresas significou uma perda de cerca de 700 mil empregos nos EUA entre 1994 e 2010. Em 2013, 845 mil norte-americanos haviam recebido ajuda do programa de “assistência ao ajuste comercial” (*Trade Adjustment Assistance*) ou tiveram que migrar para outras áreas e outros ramos de trabalho para aceitarem uma remuneração menor, o que diminuiu o poder de compra (WALLACH, 2015).

Além disso, o volume de trocas entre o bloco fez com que ocorresse um déficit comercial dos Estados Unidos para com o México e o Canadá, enquanto que, em 1993 era de US\$ 27 bilhões, em 2013 ele superava os US\$ 177 bilhões. Nesse contexto, em termos superficiais, os argumentos de Trump fazem sentido para os EUA, pois realmente houve a migração de muitas multinacionais dos EUA para o México e também para o Canadá, porém, essa migração possibilitou diminuição de preços e colocou em prática o livre comércio de forma mais verdadeira.

Quanto ao terceiro aspecto – restrições estadunidenses ao tratado –, importa considerar que, antes da chegada de Donald Trump ao governo dos EUA, em 2017, o acordo estava consolidado e demonstrava estabilidade, especialmente na parte política e de investimentos, paradigma que mudou após a sua eleição. Desta forma, como terceiro aspecto, podem-se identificar restrições americanas ao tratado depois da ascensão eleitoral de Donald Trump.

Em suas manifestações, ainda antes de sua eleição, Trump já utilizava discursos fortes e polêmicos em relação ao tratado, mostrando-se categórico em relação às mudanças necessárias ao NAFTA e à participação dos EUA no tratado.

Essa contundência e imposição em seus discursos revela a dinâmica de negociação que o atual presidente queria dar ao tratado e aos seus vizinhos, expressando um grande grau de superioridade. No entanto, se por um lado, o mesmo tenta elevar o protecionismo econômico nunca antes visto nos EUA, por outro mostra que a filosofia de Trump em relação ao NAFTA fere os princípios básicos do que seria uma organização para integração econômica.

No sistema internacional pressupõe-se que todo o Estado é soberano e, para tanto, não há nenhum órgão acima dos mesmos que possa suprimir suas imposições. Em relação às Organizações Internacionais, os países membros devem, em conjunto e com vistas de cooperação, gerir regulamentações e “manifestar uma vontade distinta daquelas expressas pelos Estados-Membros” (SEITENFUS, 2012, p. 33). Porém, percebe-se que é a política de Trump que demonstra uma vontade distinta e, de certa forma, impositiva em relação aos seus países vizinhos, pois continua afirmando que vai abandonar o tratado a menos que o país consiga um acordo justo para os EUA. Pode-se observar isso em declarações da Casa Branca, em que

o presidente Trump está comprometido a renegociar o Nafta”, disse a Casa Branca. “Se nossos parceiros rejeitarem uma renegociação que dê aos trabalhadores americanos um acordo justo, então o presidente comunicará sobre a intenção dos Estados Unidos de se retirarem do Nafta (Gazeta do povo, 2017, **texto digital**).

Em busca de uma solução, Trump, desde a sua campanha presidencial, tem um discurso polêmico e repetitivo sobre a construção de um muro em toda a fronteira com o México, cuja conduta do presidente em relação à construção do muro e a sua insistência na concretização do mesmo levaram as relações diplomáticas entre os dois países a um grau de tensão constante, o que torna as negociações cansativas e complicadas.

1.1 Objetivo Geral:

Analisar a política externa do governo Trump para o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) de 2017-2018.

1.2 Objetivos Específicos:

- a) Compreender a formação histórica do NAFTA e o perfil econômico do bloco ao longo das décadas;
- b) Identificar as principais características da política externa de Donald Trump;
- c) Analisar especificamente a política de Trump para o NAFTA.

2. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O presente capítulo visa demonstrar os referenciais teóricos e metodológicos utilizados que serviram de base para a pesquisa desta monografia. No âmbito teórico, as obras que serviram como embasamento conceitual foram os trabalhos de Joseph Nye (2009), que trata do conceito de interdependência; Reinaldo Dias (2010) e Adriana Figueira (2010) na explanação do conceito de política externa; e de Ricardo Seitenfus (2012) na caracterização das Organizações Internacionais. Considera-se que os autores e os conceitos são relevantes para elucidar a pesquisa.

Outrossim, no referencial metodológico procura-se definir a estruturação das ideias da monografia e quais métodos de análise e de pesquisa foram utilizados para o desenvolvimento dos resultados.

2.1 Referencial teórico

Para o bom entendimento das relações entre os Estados Unidos e seus vizinhos México e Canadá, integrantes do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), assim como das Relações Internacionais de um modo geral, é necessário esclarecer os conceitos de Política Externa e seu sistema internacional, Organizações

Internacionais e de Interdependência. Ambos se configuram em premissas básicas para examinar algumas das decisões políticas e econômicas tomadas pelos países em questão e compreender as suas consequências políticas regionais e macroeconômicas.

2.1.1 Política Externa:

A política externa acontece quando dois ou mais atores internacionais praticam alguma aproximação política/diplomática, cultural ou econômica. Segundo Reinaldo Dias (2010), pode-se definir ator internacional como a autoridade, a organização, grupo e até uma pessoa capaz de desempenhar uma função no campo internacional. Cada Estado é soberano e, sem isso, não há política externa e nem espaço para a diplomacia democrática e o livre arbítrio dos mesmos atores.

Para se entender a política externa, é necessário examinar o conceito de Estado e a sua soberania. De acordo com Figueira (2010), o Estado é uma unidade de poder interdependente e, no âmbito do território nacional, não há nenhum poder que concorra com a supremacia do Estado. Assim, no plano internacional, não há nenhuma entidade acima do Estado que determine suas ações e regule suas relações com os demais países do sistema internacional.

Faz-se necessário compreender também o conceito de sistema internacional, dentro do qual cada Estado está inserido. De acordo com Dias (2010), trata-se de um complexo sistema constituído de inúmeras partes que interagem entre si e que o compõem. Essas relações “geram uma configuração de poder (estrutura) dentro da qual se produz uma rede complexa de interações (processos) de acordo com determinadas regras” (DIAS, 2010, p. 46).

Desta forma, a sociedade internacional é “um complexo e imenso sistema composto de um conjunto de atores que se relacionam de forma independente, sendo que essas relações irão gerar uma determinada configuração de poder” (DIAS, 2010, p. 46).

No que tange à política externa dos países, vale dizer que se trata de uma política com ausência de soberania comum e políticas de entidades sem nenhum

governante ou Estado com poder superior aos outros (NYE, 2009). Pode-se conceituar Política Externa como sendo a

(...) política exterior de um Estado, de um modo geral, a sua projeção no sistema internacional, com destaque para a sua relação com outros Estados e Organizações Internacionais governamentais. A política exterior é um modo através do qual os Estados conduzem as suas relações mútuas, como partes integrantes do sistema internacional, interagindo de diversos modos, tendo como marcos limite a cooperação e o conflito (DIAS, 2010 p.104).

Essas iniciativas de política externa “emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como no ambiente externo” (MERLE apud FIGUEIRA, 2010), ou seja, cabe ao ator escolher quais as melhores alternativas para utilizar os seus recursos político-econômicos para atingir os seus objetivos.

As ações e decisões externas dos Estados no plano internacional refletem quais são os objetivos e caminhos que o país adotará em relação aos outros atores ou Estados, demonstrando as suas estratégias e o seu poder em relação aos mesmos. Porém, “o poder não é estático, já que depende não apenas de como o país converte possibilidades internas em vantagens externas, mas também de como absorve as vantagens estruturais e conjunturais do sistema internacional” (FIGUEIRA, 2010, p. 6-7).

Ainda no âmbito das decisões políticas externas, cabe ressaltar que a mesma é influenciada pelo regime político do país, o qual dá uma característica particular à sua política externa (DIAS, 2010). Desta forma, as ações internacionais de um Estado estão diretamente ligadas às decisões políticas internas, e os seus resultados diretamente proporcionais às mudanças internas; como exemplo, temos a ascensão de Donald J. Trump nos Estados Unidos, a qual acarretou uma mudança significativa no pensamento político e econômico do país. Esse processo de mudança, como diz Dias (2010), tem o objetivo de promover e defender os interesses nacionais e incorporá-los em sua agenda interna diante da comunidade internacional.

2.1.2 Organizações Internacionais

Ainda na esfera da sociedade internacional e da política externa, e, sendo a NAFTA uma Organização econômica Internacional, é importante ter uma base conceitual sobre o que são as Organizações Internacionais (OI's).

As premissas das Organizações Internacionais e da Cooperação internacional têm princípios na história antiga e, de acordo com Ricardo Seitenfus (2012), surgem nas cidades gregas e persas, onde tinham um objetivo de compartilhar uma defesa coletiva. Ainda, parafraseando o autor, a contemporaneidade de cooperação internacional foi alcançada quando três ou mais Estados decidiram trabalhar para atingir fins comuns, passando, então, do bilateral para o multilateral.

Assim, as organizações internacionais são definidas como “uma sociedade entre Estados, constituída através de um tratado, com finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros” (SEITENFUS, 2012, p. 32-33). Ou de forma mais sucinta, como descrito no artigo 2º na Conferência de Viena sobre o Direito dos Tratados, como organizações intergovernamentais.

O artigo 2º, § 6º, da Carta das Nações Unidas, ressalta o viés voluntarista das OI's, pois a ONU não pode impor sua autoridade a um Estado que não a compõe (SEITENFUS, 2012). Para a existência das organizações internacionais, é necessária a vontade dos atores e, para haver legitimidade, “o voluntarismo deve ser acrescido da formalização jurídica obtida através da assinatura de um tratado que implica a responsabilidade estatal” (SEITENFUS, 2012, p. 32).

Desta forma, para a igualdade de uma organização internacional, há a necessidade de um tratado constitutivo, pois “ela é dotada de uma personalidade jurídica distinta dos Estados que a compõem, com o objetivo de buscar interesses comuns, através da cooperação entre seus membros” (SEITENFUS, 2012, p. 34).

Por isso, ainda segundo Seitenfus (2012), há a participação de Estados mais débeis nas organizações internacionais, pois os mesmos vêm em busca de legitimação e segurança, tendo a oportunidade de terem suas demandas mais facilmente atendidas e legitimadas. É o que acontece no NAFTA e suas implicações entre os países participantes, principalmente em relação ao México, seu membro menos influente, ao passo que, quando negocia como integrante do bloco, tem o seu poder de negociação potencializado.

De acordo com Seitenfus (2012), o princípio elementar das OI's é o seu principal fundamento de sua personalidade internacional, ou seja, sua autonomia institucional. Isso porque a existência de uma OI se dá “quando ela pode, através de órgãos próprios e independentes, manifestar uma vontade distinta daquelas expressas pelos Estados-Membros” (SEITENFUS, 2012, p. 33).

Assim, “ao privilegiar este modelo de OI, aumenta seu poder internacional, pois cria novo espaço até então inexistente e o controla de maneira exclusiva, dotando-se de instrumentos suplementares concedidos pelo multilateral” (SEITENFUS, 2012, p. 33).

2.1.3 Interdependência

Tendo em vista análise da política externa estadunidense para o NAFTA, o conceito de interdependência dos Estados na política internacional é importante para entender os futuros cenários dessa política. Segundo Joseph Nye, a “interdependência refere-se a situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente. Simplificando, interdependência significa dependência mútua” (2009, p. 250-251). Essa situação tem seus prós e contras, pois, para cada nação, o resultado de uma ação depende do ponto de vista e da situação econômica e social em que elas se encontram.

A interdependência origina-se em fenômenos materiais ou sociais, econômicos e políticos, mas, normalmente, os dois estão presentes ao mesmo tempo (NYE, 2009). Portanto, em um mundo globalizado como o de hoje, o isolamento e a separação de um Estado tornam-se impossíveis e inviáveis, mesmo que, juntamente com a interdependência, venha o atrito e o conflito (NYE, 2009).

O atrito e o conflito vêm em razão do poder de um Estado em relação ao outro e do seu poder de manipular outro Estado em busca de seus objetivos. Como menciona Figueira, “o poder só tem função se utilizado para angariar vantagens a favor de quem o tem” (2010, p. 6). Para tanto, as formas mais comuns de utilização do poder são: diplomacia, poder econômico e uso da força (FIGUEIRA, 2010).

Na esfera global, os EUA têm vantagem em relação aos seus parceiros da NAFTA, pois são menos dependentes deles do que ao contrário. Segundo Nye (2009), ser menos dependente pode ser uma fonte de poder. Se duas partes são interdependentes, mas uma é menos dependente do que a outra, a parte menos dependente tem uma fonte de poder. Se duas partes são interdependentes, mas uma é menos dependente da outra, a parte menos dependente tem uma fonte de poder desde que as duas partes valorizem a relação. Manipular as assimetrias pode ser uma fonte de poder na política internacional. Isso explica as novas políticas adotadas pelos EUA para com o NAFTA, pois, sendo a maior economia da região e uma das mais importantes do mundo, seu poder de influência em acordos e em imposições econômicas é muito maior do que seus vizinhos, deixando-os em vantagem.

O mais provável é que o produto desta dinâmica de disputa de poder fará com que todos os Estados acabem procurando por segurança, o que conseqüentemente representará, na insegurança alheia. Essa situação é conhecida como dilema de segurança, resultado da corrida armamentista gerada pelo efeito da insegurança econômica, bélica e política em relação ao outro (FIGUEIRA, 2010).

Todavia, os benefícios resultantes das relações externas são genuínos e podem dar resultados muito importantes para o desenvolvimento de uma nação, desde que a mesma use as estratégias necessárias para tanto. Sobre isso, escreve Nye (2009, p. 252) que

(...) os benefícios da interdependência são expressos como resultado zero e resultado diferente de zero. Em uma situação de resultado zero, sua perda é meu ganho e vice e versa. Em uma situação de resultado positivo, ambos ganhamos; em uma situação de resultado negativo, ambos perdemos.

Desse modo, uma vez examinados os conceitos de política externa e de interdependência, esclarece-se que, nesta pesquisa, ambos são importantes para a análise da política externa do governo Trump, especificamente para o bloco econômico do qual os EUA fazem parte e onde as redes de interdependência são grandes e os seus resultados e escolhas afetam diretamente a política externa mundial.

2.2 Referenciais metodológicos

Conforme Marconi e Lakatos, método pode ser definido como o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo (...) traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (2011, p. 83). Partindo-se dessa definição básica, trata-se de esclarecer os referenciais metodológicos que a pesquisa percorre. Esclarece-se que, ao contrário de Marconi e Lakatos (2011), não se considera que o resultado da investigação é sinônimo de verdade, e sim, da subjetividade do cientista, algo que é inerente a qualquer trabalho acadêmico.

2.2.1 Definições da pesquisa quanto à sua natureza

Trata-se de uma pesquisa prioritariamente qualitativa, já que se objetiva fazer uma análise interpretativa, ou hermenêutica, sobre a atualidade e o histórico das relações entre EUA, México e Canadá no âmbito do NAFTA. Conforme Sampiere, Collado e Lucio (2006, p. 5), “o enfoque qualitativo utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”.

Contudo, apesar de buscar fazer uma análise para entender o assunto por meio do método qualitativo, a pesquisa mostra de forma mais superficial alguns dados estatísticos sobre a relação dos países com o acordo, tendo um leve viés de pesquisa quantitativa. Para Sabino apud Marconi, Lakatos (2007, p. 204), a análise quantitativa pode ser definida como “toda a informação numérica resultante da investigação que se apresentará como um conjunto de quadros tabelas e medidas”.

Por meio de gráficos, tabelas e dados, busca-se facilitar a comparação e demonstrar e entender algumas diferenças históricas do assunto. Como diz Bardin (2011), esta análise é muito benéfica nas fases de verificação das hipóteses elencadas.

O tema é bastante incipiente na política externa atual, pois leva em consideração a relação de três países importantes para a economia e política mundial

e as suas relações bilaterais e multilaterais. Desta forma, procura-se, de acordo com Chemin (2015, p. 56), uma “investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade”.

2.2.2 Características quanto ao objetivo geral

Quanto aos objetivos, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva e causal. No presente trabalho, a pesquisa foi classificada como exploratória e causal.

Conforme Sampiere, Collado e Lúcio (2006, p. 100),

Nos estudos exploratórios servem para nos familiarizarmos como fenômenos relativamente desconhecidos, para obter informações sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa sobre um contexto particular (...), identificar conceitos e variáveis promissoras, estabelecer prioridades sobre pesquisas futuras, ou sugerir afirmações e postulados.

Desta forma, este trabalho baseia-se em uma revisão de literatura e análise de exemplos para a compreensão da política externa atual dos EUA para o NAFTA, sendo seus resultados não definitivos, pois há uma mudança constante nos paradigmas internacionais. Ainda, como complementa Gil (2010), a pesquisa exploratória tende a ser flexível, pois permite considerar os mais variados aspectos e cenários relativos ao fato ou ao fenômeno estudado.

Além de exploratória, classifica-se essa pesquisa como causal, pois, segundo Chemin (2015, p. 59), a investigação causal tem como “preocupação identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fatos e dos fenômenos; (...) procura determinar relações de causa e efeito”.

Tendo em vista, portanto, a análise histórica e atual sobre o NAFTA, classifica-se a pesquisa como exploratória e causal. Trata-se de um modo de encontrar algumas determinantes entre as relações dos Estados Unidos com seus países vizinhos.

2.2.3 Definições da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa pode ser bibliográfica, documental, experimental, de levantamento e estudo de caso. Na presente pesquisa, foram utilizados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental.

No âmbito da pesquisa foi utilizada preferencialmente a bibliográfica, pois essa abrange toda a bibliografia já publicada sobre o tema, e tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com o material (LAKATOS, MARCONI, 2011). Através de livros, artigos científicos, periódicos, como jornais e revistas, meios eletrônicos, teses, entre outros, são buscadas as informações sobre o objeto de estudo aqui delimitado.

Por esse meio, buscaram-se as informações válidas para a base teórica e argumentativa relativas à política externa, sendo analisadas também opiniões de especialistas acerca do assunto.

2.2.4 Análises de Conteúdo

Partindo do pressuposto de que o presente trabalho trata de um assunto embasado em pesquisas bibliográficas para analisar a política externa de Estados para as relações dentro de uma organização internacional, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas e de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011 p. 38). Desta forma, procura-se elencar uma lógica dedutiva e indutiva e fazer um comparativo entre o fenômeno estudado e as suas relações com o meio que a circundam, buscando respostas que se encaixam e que possam explicar as relações existentes.

Essa análise constitui-se de uma metodologia usada para descrever e entender os conteúdos de todos os gêneros de documentos, textos e artigos. Para tanto, é “um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (BARDIN, 2011 p. 36). Ainda, de acordo

com Bardin (2011), a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, buscando outras realidades, entendimentos e enriquecer, assim, a leitura.

A inferência é utilizada para se alcançar o conhecimento necessário para dedução de novos entendimentos e suposições a partir de premissas bibliográficas. Usando dessa ferramenta, “a intenção análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 44).

Por isso, busca-se, através da análise de conteúdo, encontrar padrões nos documentos apurados e demonstrar as possíveis consequências dessas buscas, ou, como será tratado neste trabalho, buscar as consequências da política externa de Donald Trump para com o Nafta.

Assim, uma vez esclarecidos os referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa, parte-se para a análise da política de Trump e seu governo a respeito do Nafta. Inicialmente, será feita uma pesquisa sobre o surgimento do acordo de livre-comércio da América do Norte no início da década de 1990, e após, um histórico de sua trajetória ao longo da década de 1990 e de 2000, até a posse de Donald Trump em 2017.

Uma vez feitos os esclarecimentos teóricos e metodológicos, parte-se para a identificação das principais características históricas e comerciais do Nafta, aspectos que configuraram o bloco econômico com o qual o governo Trump vem tratando de forma mais abrasiva.

3. HISTÓRICO DO NAFTA (1994-2017)

Entender a origem e a história do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) é importante para vislumbrar o seu presente e o seu futuro, para assim compreender a perspectiva dos Estados membros e o que cada decisão pode acarretar para os mesmos. Em um primeiro momento, explicar-se-á a origem do acordo no início da década de 1990, como foram as negociações e o seu desenvolvimento até a sua plena assinatura, após, tentar-se-á demonstrar alguns pontos importantes do acordo nos anos seguintes no âmbito político e econômico.

3.1 A origem do NAFTA na década de 1990

Os Estados Unidos e o Canadá sempre estabeleceram relações econômicas muito próximas. Ainda em 1965 ambos países já haviam assinado um pacto sobre a comercialização de automóveis, um acordo setorial para liberalizar uma parte deste comércio, podendo ser considerado o estímulo necessário para a evolução de seus acordos e o que mais tarde resultou no NAFTA. O pacto tinha como objetivo a eliminação gradual de todas as tarifas em vários setores industriais e de serviços em um período de 10 anos (HORNERO, 2003).

Todavia, o princípio do que viria a se tornar o NAFTA que conhecemos hoje, de acordo com Amadeo (2018), começou com o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, que propôs um mercado comum norte-americano durante a sua campanha para a eleição presidencial em 1980. Porém, somente em 1984 o congresso estadunidense aprovou o *Trade and Tariff Act*, ato necessário para dar seguimento às negociações. Sendo assim, foi assinado em 1988 o tratado de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá, que foi o antecessor do NAFTA, entrando em vigor em 1989 (AMADEO, 2018).

Em junho de 1990 o presidente americano George Bush e Carlos Salinas de Gortari, do México, decidiram estreitar as suas relações comerciais, criando uma zona de livre-comércio (MENEZES e PENA, 2006). “Os dois países já possuíam tratados preferenciais de comércio desde o século XX, o que se propunha agora era aprofundar os laços da relação econômica”, esclarecem Menezes e Pena (2006, p. 90).

A ousada e arriscada decisão americana de incluir o México no acordo fazia parte das novas ações que o governo estadunidense estava experimentando na sua nova política externa e, ainda, dar-lhes-ia a chance de fortalecer a sua região e estabelecê-la como uma das mais importantes do mundo. Essas ações foram influenciadas pelo desmantelamento político e econômico dos países do Leste Europeu (URSS) e também pela concorrência com os mercados europeus e, principalmente, o asiático, os quais estavam em um grande crescimento e cada vez mais estreitavam suas relações inter-regionais (HORNERO, 2003).

Pelo lado mexicano, apesar do medo de alguns políticos do país em perder a sua soberania nacional pelo aprofundamento da influência americana, aliado ao nacionalismo mexicano e à relação histórica conturbada para com os EUA, não houve muitos empecilhos para ratificar o acordo. Um dos fatores chave para a legitimação desse novo caminho, segundo Menezes e Pena (2006), foi a crise geral da década de 1980. Problemas na política de substituição de importação, da crescente complicação das companhias estatais e ainda a questão da dívida externa levaram o México a aceitar uma integração econômica como forma mais rápida para aliviar essas questões. Por exemplo, a dívida externa mexicana em 1982 chegava a 86 bilhões de dólares, enquanto que o déficit do governo chegava a 17% do PIB (MENEZES e PENA, 2006).

Para a solução de conflitos foi criado o secretariado do NAFTA. O mesmo é um organismo independente e responsável pela solução imparcial dos conflitos e

controvérsias comerciais entre os três países. O secretariado conta com filiais nos três países envolvidos no acordo, prestando contas à comissão de livre comércio do NAFTA, a qual é formada pelos ministros de comércio exterior das partes envolvidas (*NAFTA SECRETARIAT*, 2018).

Para tanto, o NAFTA pode ser considerado uma evolução do tratado entre os EUA e o Canadá. O mesmo foi assinado em 17 de dezembro de 1992 entre Estados Unidos, Canadá e México e entrou em vigor em 1994. Resumidamente, seu objetivo principal era criar um importante bloco comercial na América do Norte, eliminando e reduzindo sensivelmente as tarifas e outras restrições em um período máximo de 15 anos (HORNERO, 2003). Os objetivos do NAFTA podem ser demonstrados de acordo com o artigo 102 do tratado:

1. eliminar obstáculos al comercio y facilitar la circulación transfronteriza de bienes y de servicios entre los territorios de las Partes;
2. promover condiciones de competencia leal en la zona de libre comercio;
3. aumentar sustancialmente las oportunidades de inversión en los territorios de las Partes;
4. proteger y hacer valer, de manera adecuada y efectiva, los derechos de propiedad intelectual en territorio de cada una de las Partes;
5. crear procedimientos eficaces para la aplicación y cumplimiento de este Tratado, para su administración conjunta y para la solución de controversias; y
6. establecer lineamientos para la ulterior cooperación trilateral, regional y multilateral encaminada a ampliar y mejorar los beneficios de este Tratado (*NAFTA Secretariat*, 2018, **texto digital**).

Os setores mais afetados pelo acordo seriam os de automóveis, telecomunicações, têxteis, agricultura, transporte, energia, meio ambiente e serviços financeiros, sendo o setor automobilístico um dos mais significativos e com uma resposta econômica mais forte. Essa integração tornou a maior área de livre comércio do mundo em termos de produtos domésticos na época.

3.2 A trajetória do acordo nas décadas seguintes

Após a assinatura dos termos, pôde-se perceber em pouco tempo que os países não mediriam esforços para colocar em prática o que se estava negociando.

Um ano após a vigência do acordo era visível que as trocas comerciais entre os países tinham aumentado muito. Desde a validade do tratado em 1994, o comércio entre os participantes de imediato “cresceu 128%, de 297 bilhões de dólares, em 1993, para 676 bilhões no ano de 2000. De 1991 a 1994, o México teve um déficit comercial com os Estados Unidos, de 1995 a 2001, teve um superávit” (MENEZES e PENA, 2006, p 102).

Contudo, a assinatura trouxe uma certa preocupação para os países do Caribe, pois entendiam que o acordo era uma ameaça às suas exportações, pois ocasionaria a redução do seu volume para os Estados Unidos e para o Canadá. Em 1993, os países caribenhos solicitaram apoio aos americanos para que os ajudassem nesse período de transição (HORNERO, 2003).

A administração americana lhes deu um parecer de tranquilidade e ainda lhes disse que o acordo ficava em aberto aos demais países da região. Além disso, deu a concessão de alguns benefícios para os países participantes, como por exemplo, a redução de dívidas e ajuda econômica para a Nicarágua (HORNERO, 2003). Mas, com o passar dos anos não foi isso que aconteceu. Nenhum dos países do Caribe conseguiu sequer chegar perto de aderir ao acordo. O único país que mais chegou perto com o bloco foi o Chile, que em 2002, após anos de negociação, tinha chegado a um princípio de acordo com os Estados Unidos, porém a sua participação foi vetada posteriormente, ocasionando um acordo bilateral entre Estados Unidos e o país, sendo então mencionado como um país associado (HORNERO, 2003).

Uma das maiores preocupações dos políticos que eram contra o tratado era no tocante à perda de empregos dos EUA e do Canadá para o México. Antes da assinatura do tratado, uma das premissas positivas do presidente estadunidense, Bill Clinton, era que seriam criados cerca de 200.000,00 empregos até 1995. Entretanto, não foi isso que aconteceu, de acordo com Hornero (2003, p. 198), em

un estudio realizado por el Comité Económico del congreso, sobre el primer año de funcionamiento del NAFTA (antes de la crisis del peso mexicano), concluyó en 1995 que el acuerdo arrojaba en balance negativo, con una pérdida de 10.000 empleos nos Estados Unidos. En 1997 se calculaba que 125.000 personas habían perdido su puesto de trabajo en consecuencia del NAFTA.

Esse é um dos motivos e uma das discussões que perduram até hoje, fazendo com que a população se identificasse e buscasse uma solução para esses constantes problemas. Como por exemplo, em 1999, cita-se que, durante uma conferência sobre

novos acordos internacionais na sede da Organização Mundial do Comércio em Seattle, nos EUA, essas discussões ocasionaram manifestações contra o movimento, muito influenciadas pela oposição ao NAFTA (GARCIA, 2017). Além disso, outras manifestações operárias foram recorrentes, no Canadá, por mineradores de ferro, e americanas, principalmente no sul do país contra as políticas do acordo.

Durante o governo de George W. Bush, o NAFTA seguiu com o crescimento, em 2006, por exemplo, “o México passou a ser o terceiro parceiro comercial dos Estados Unidos, atrás do Canadá e da China. O comércio do México dentro do NAFTA, de 1993 ao ano de 2000, cresceu 238%, chegando a 154 bilhões de dólares” (MENEZES e PENA, 2006 p. 102).

Com o volume de trocas favoráveis aos países integrantes, era lógico para o governo estadunidense que uma revisão do acordo não entrasse em pauta, até porque Bush e sua administração eram a favor do tratado e dos seus benefícios, diferentemente do seu concorrente ao governo em 2000, Al Gore. Em poucos momentos da administração de Bush o NAFTA entrou em pauta, tendo havido algumas situações isoladas, mas que não ocasionaram grandes problemas ao acordo.

Todavia, no governo de Barack Obama, o NAFTA era tratado com outra perspectiva. O ano de 2008 coincidiu com a posse do presidente e com o término da data dos que eliminariam as tarifas e outras restrições em um período máximo de 15 anos, ou seja, o NAFTA estaria totalmente implementado e as suas políticas deveriam entrar em vigor. Naquele momento, o comércio dentro das três nações norte-americanas mais do que triplicou desde que foi assinado.

O posicionamento de Obama sobre o NAFTA já durante a sua campanha e logo após no seu mandato, foi de criticar veementemente o acordo, muito pelos problemas do *unfair trade* econômico que os EUA vinham sofrendo, principalmente em leis trabalhistas e ambientais, decréscimo de empregos, e de desempenho econômico. Assim, uma de suas propostas na época era de reformar o acordo (LIMA e MENDONÇA, 2013).

Porém, a agenda política comercial de Obama, em ambos mandatos não acarretou em medidas econômicas de grande peso no âmbito do NAFTA, o que levou muitos analistas a classificarem-no como um período pacato e apático da política dos acordos. Este fato, foi influenciado pela perda de espaço do partido Democrata na Câmara estadunidense, e também pela mudança de foco para superar e encontrar saídas para a grande crise de 2008. Na época, umas das agendas políticas

apresentadas foi uma política nacional de exportação, assim, o NAFTA tornou-se um meio importante para a recuperação econômica do país e, desta forma, o acordo ficou intocado (LIMA e MENDONÇA, 2013).

Contudo, esse paradigma mudou totalmente nas eleições de 2017, quando Trump conquista a corrida presidencial, muito por conta da sua política pró Estados Unidos, denunciando o NAFTA e exigindo uma nova negociação.

4. POLÍTICAS DO GOVERNO TRUMP EM RELAÇÃO AO NAFTA (2017-2018)

Nos capítulos anteriores foram vistos alguns aspectos básicos sobre o NAFTA e pontos acerca da política externa de Donald Trump. Pode-se perceber que a eleição do presidente americano promoveu grandes mudanças tanto na política interna do país, como na externa, rompendo com os paradigmas dos presidentes anteriores.

Neste momento, propõe-se aprofundar e desenvolver um pouco mais a respeito das razões pelas quais as evasivas e impositivas políticas de Trump estão afetando o NAFTA e suas relações, mudando os moldes e os preceitos do acordo. Assim, buscar-se-á estabelecer e desenvolver três possíveis hipóteses para compreender o porquê da política do governo Trump ser tão dogmática em relação ao NAFTA e suas possíveis consequências, quais são: a importância econômica do NAFTA para os EUA; aspectos negativos do Acordo, e restrições americanas ao tratado.

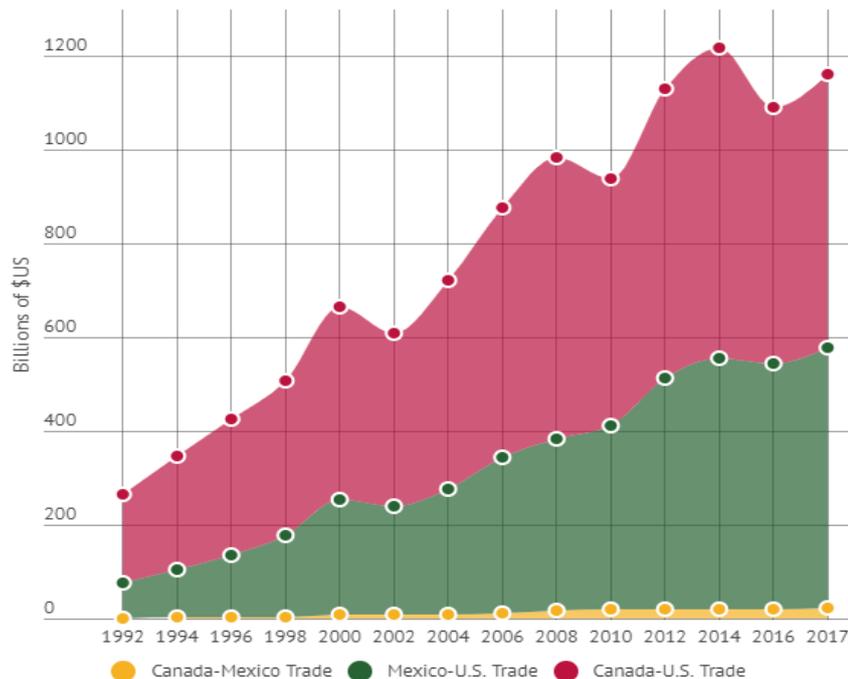
4.1 A importância econômica do NAFTA para os EUA

Desde a sua assinatura, o bloco foi expressivo para quebrar o paradigma socioeconômico da região, pois ajudou a formatar mudanças significativas tanto no âmbito econômico, com o crescimento das trocas comerciais, quanto no social e

cultural, acarretando em uma maior aproximação, com trocas de produtos e de tecnologia e pesquisa entre os três países.

É inegável que para os Estados Unidos e para as indústrias do país que o tratado ajudou a impulsionar o seu crescimento e, sem ele, talvez seria difícil chegar aos números que foram alcançados.

Gráfico 1 - Comércio Trilateral - México, EUA, Canadá (NAFTA)



Fonte: (Sonneland, 2018)

Como se pode perceber no gráfico 1, as importações e exportações entre os três países cresceram consideravelmente, sendo os Estados Unidos o maior consumidor e recebedor de produtos desse comércio trilateral. Ainda, o banco mundial, demonstrou “que sem o NAFTA, o comércio entre os dois países talvez estivesse 25% menor do que antes e os investimentos do vizinho no México teria sido 40% menores” (MENEZES e PENA, 2006 p. 102). A matemática é perceptível, com a tarifação quase zero de alguns produtos e com a expansão das *maquiladoras* no México, assim como outras indústrias e serviços financeiros, sendo um dos grandes benefícios foi a diminuição de custos de mão de obra e o aumento do volume de produção, o que consequentemente acarretam na diminuição do preço do produto final para os consumidores. Esses fatores foram e são essenciais para os EUA, pois os mesmos são grandes consumidores e importadores mundiais de uma vasta gama de bens domésticos.

Assim, é necessário levar em conta que a “simplicidade” do tratado deu a possibilidade de um poder maior de compra para os americanos, e, ainda, facilitou a entrada dos seus produtos nos mercados mexicano e canadense, ou seja, um belo exemplo de Neoliberalismo econômico que sempre foi difundido pelos próprios Estados Unidos.

O constante crescimento econômico também criou mais empregos. As exportações dos EUA para os outros dois países levaram a quase 5 milhões de novos empregos americanos, nos primeiros quatro anos do NAFTA, sendo que os fabricantes criaram 800.000 empregos (*U.S. CHAMBER OF COMMERCE*, 2016). O investimento externo direto entre os países mais que triplicou, uma vez que as empresas dos EUA investiram US\$ 452 bilhões no México e no Canadá, enquanto que esses dois países investiram cerca de US\$ 240,2 bilhões nos Estados Unidos (*THE BALANCE*, 2018). Além disso, aproximadamente 50% do IED recebido pelo México entre os anos de 2000 e 2011 vêm dos Estados Unidos.

Outro fator que corrobora a importância econômica do NAFTA e de seus parceiros para os Estados Unidos é que México e Canadá são há muito tempo dois dos maiores importadores e exportadores do país, dividindo lugar com a China.

Conforme tabela 2 abaixo, pode-se observar o crescimento das trocas comerciais dos EUA para com os países do NAFTA.

Tabela 2 – Comércio EUA com México e Canadá (NAFTA)

| Exportações | 1993 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 | 2008 | 2010 | 2014 | 2017 |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Canadá | 100,4 | 114,4 | 156,6 | 160,9 | 230,6 | 261,1 | 249,2 | 312,8 | 282,2 |
| México | 41,58 | 50,84 | 78,77 | 97,47 | 133,7 | 151,2 | 163,6 | 241 | 243,3 |
| Total (Mil U\$) | 141,98 | 165,24 | 235,37 | 258,37 | 364,3 | 412,3 | 412,8 | 553,8 | 525,5 |
| Importações | 1993 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 | 2008 | 2010 | 2014 | 2017 |
| Canadá | 111,2 | 128,4 | 173,2 | 209 | 302,4 | 339,4 | 277,6 | 349,2 | 299,3 |
| México | 39,91 | 49,4 | 94,62 | 134,6 | 198,2 | 215,9 | 229,9 | 295,7 | 314,2 |
| Total (Mil U\$) | 151,11 | 177,8 | 267,82 | 343,6 | 500,6 | 555,3 | 507,5 | 644,9 | 613,5 |

Fonte: Do autor, adaptado de *United States Census Bureau* (2018)

Todavia, como mencionado no capítulo anterior, desde a crise de 2008 com Obama, já havia um movimento para a renegociação do acordo, tendo em vista também o momento econômico vivido pelo país. Assim, apesar da sua importância

em termos de números, somente nove anos depois com Trump, é que realmente se iniciou uma grande mobilização por parte do governo estadunidense.

No entanto, mesmo com as difíceis e conturbadas negociações e com as ameaças reais do fim do NAFTA, o comércio trilateral entre os países cresceu por volta de 8,5% em comparação a agosto de 2017 (*UNITED CENSUS BUREAU*, 2018), saltando de \$ 750.564,50 milhões de dólares em agosto de 2017 para \$ 820.573,00 no mesmo período em 2018. Isso demonstra mais uma vez a importância desse comércio para os Estados Unidos e o quão orgânicas são as trocas entre eles, mas, em consequência também mostra a dependência de Canadá e México para com os EUA.

4.2 Aspectos negativos do Acordo

Assim como em qualquer negociação e/ou acordo, nem todas as partes saem completamente satisfeitas sobre seus resultados e sempre existem ressalvas e pontos em que não há ganho real de nenhum envolvido sobre o mesmo. Apesar da importância do NAFTA para os países, o mesmo possui alguns aspectos negativos em relação aos seus resultados e suas dinâmicas utilizadas, o que fortaleceu o antagonismo em relação ao acordo.

Um dos grandes argumentos dos Estados Unidos em relação ao NAFTA são os elevados números de empregos que foram perdidos desde a sua assinatura, principalmente para o México, sendo uma das questões principais para que Trump quisesse renegociar o acordo. O fato é que a mão de obra mexicana é bem mais barata em relação à estadunidense e à canadense, assim, a mudança das indústrias manufatureiras para o México foi um processo natural para as mesmas. Entre 1994 e 2010 houve uma perda de 682.900 empregos nos EUA, os quais foram para o México, e esse processo foi intensificado com a crise financeira de 2008, quando 116.400 postos de trabalho foram em direção ao país vizinho, representando quase 80% por cento das perdas na indústria manufatureira (*AMADEO*, 2018).

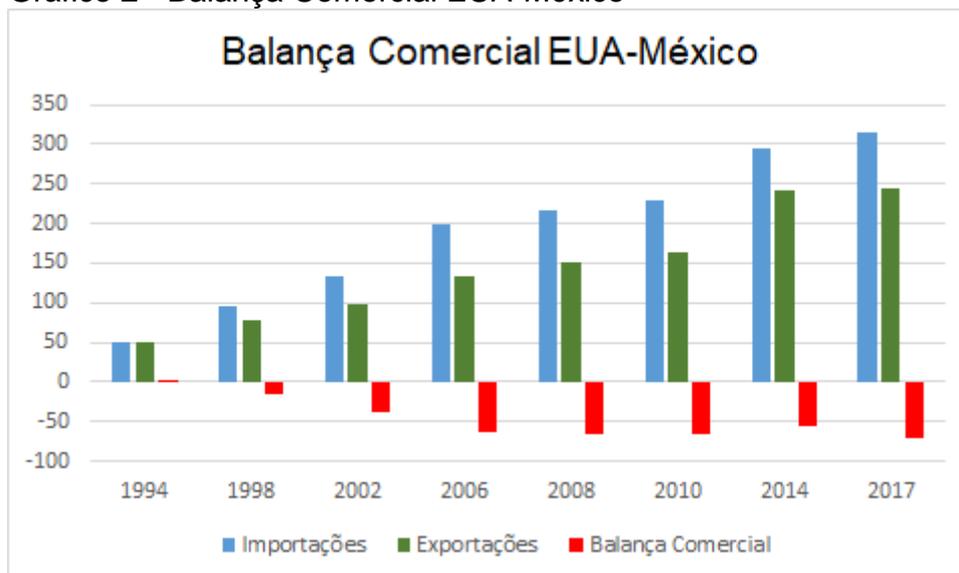
Todavia, há de ser levado em conta o crescimento econômico da China que veio quase que paralelamente à criação do NAFTA, o que mostra que independentemente do acordo, devido à concorrência chinesa, as empresas

estadunidenses de qualquer forma buscariam soluções. Com isso, há de se ponderar que o NAFTA não pode ser o total culpado por essas perdas, mas pode ser considerado um acelerador desse processo que aconteceria de qualquer maneira por causa do crescimento da China (*Wharton, University of Pennsylvania, 2016*).

Não obstante, nem todas as empresas manufatureiras se mudaram para o México, mas algumas usaram a ameaça de deixar os EUA como ferramenta de barganha contra os sindicatos, a fim de diferir os aumentos salariais dos trabalhadores. Para não ocasionar a saída da empresa, muitos empregados aceitaram as determinações das indústrias, o que suprimiu o crescimento salarial dos trabalhadores e também a atuação dos sindicatos. Entre 1993 e 1995, 50% das empresas de manufatura dos EUA utilizaram esse artifício, e em 1999 essa taxa cresceu para o valor 65% (*AMADEO, 2018*).

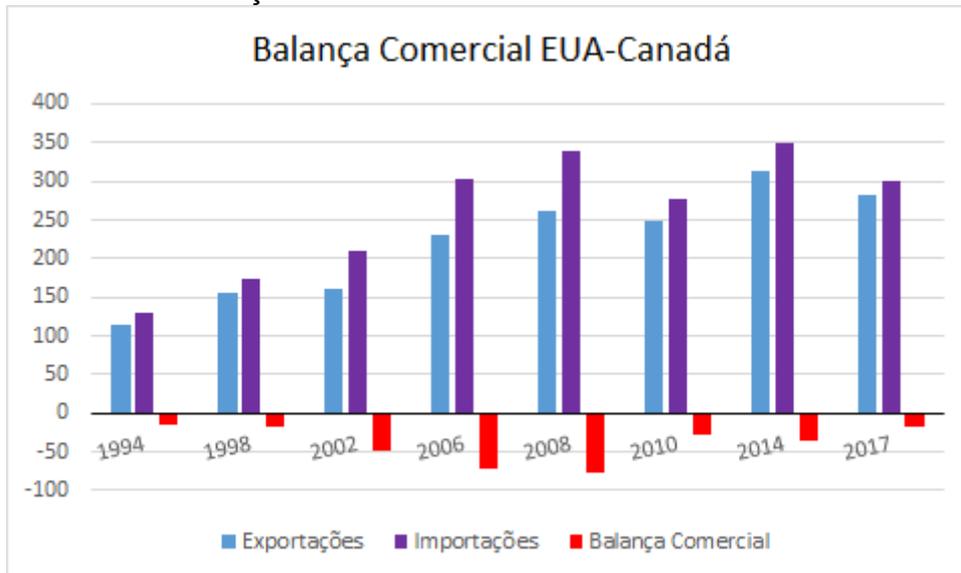
Outra questão negativa do tratado para os EUA é em relação ao déficit da balança comercial com os seus países vizinhos, onde desde a sua assinatura, os EUA possuem com ambos países um grande débito comercial associado às suas exportações e importações. Este processo pode ser melhor visualizado conforme os gráficos 2 e 3 que seguem:

Gráfico 2 - Balança Comercial EUA-México



Fonte: Do autor (2018)

Gráfico 3 - Balança comercial EUA-Canadá



Fonte: Do autor (2018)

As consequências dessas disparidades nas trocas comerciais deixam reflexos na economia de qualquer país, ocasionando a queda do PIB e o aumento das dívidas. Contudo, é bom recordar que os Estados Unidos sempre se acostumaram a ter um déficit comercial não só com os seus principais parceiros, mas também com boa parte dos países do mundo, tendo em vista ser um grande consumidor mundial. Porém Trump, em sua nova política, procura em seu plano maneiras de reduzir esses efeitos por meio de taxaço de novas tarifas alfandegárias e o protecionismo da indústria interna, com o intuito de gerar mais empregos e renda.

No entanto não foram só os Estados Unidos que obtiveram desvantagens com o acordo, pois o México também foi afetado em diversos aspectos. Com a redução de tarifas, o país perdeu cerca de 1,3 milhão de empregos nas áreas rurais, pois os agricultores não podiam mais competir com o preço do agronegócio americano devido ao grande subsídio dado pelo governo aos seus fazendeiros, fazendo com que muitos pequenos agricultores mexicanos fossem colocados para fora dos negócios pelos americanos altamente subsidiados. Ainda nesse campo, devido à grande competitividade do NAFTA, o meio ambiente mexicano foi negligenciado, em decorrência do alto uso de produtos químicos, além do grande desmatamento, o que resultou em um significativo desequilíbrio.

Ainda, apesar do aumento no número de empregos em decorrência do aumento das *maquiladoras*, esse fato por si só não foi fator relevante para uma mudança significativa econômica e social no México. Nesses termos, as *maquiladoras*, além de pagarem bem menos que nos Estados Unidos, acabaram suprimindo alguns direitos trabalhistas. Desta forma, embora se tenha de fato um aumento nas taxas de emprego do México, esses são de baixa qualidade e como mencionado com baixa remuneração, uma vez que, ainda entre o período de 1994 até 2000, os empregos nas *maquiladoras* pagavam 52% menos do que outros trabalhos (ESPÓSITO, 2013).

Outro ponto é que apesar do aumento de emprego e de investimento externo direto dentro do país, o índice de pobreza mexicano não mudou, e, em alguns anos até aumentou. Assim, por mais admirável que seja o número de capital movimentado dentro do acordo e dentro do país, no âmbito social os números econômicos não são tão impactantes, em 1992, 49,6 % dos mexicanos eram considerados pobres de acordo com a classificação do Banco Mundial, em 2000 esse número subiu para 51,3%, e entre os anos de 2014 e 2016 a taxa ficou entre os 45%.

Pode-se concluir então, que, em razão do processo de integração ter sido baseado na não complementaridade entre as economias dos três países, sendo os produtos somente montados no México, não existe a constituição de um sistema produtivo que poderá garantir um desenvolvimento sustentável e independente para a indústria do país em longo prazo, o que existe é uma forte dependência de investimento externo no país a longo prazo. Assim, observa-se que embora as exportações mexicanas tenham aumentado, isso ocorreu às custas de uma especialização regressiva da indústria (ESPÓSITO, 2013).

4.3 Restrições americanas ao tratado

A eleição de Trump em 2017 causou certa preocupação e deixou lacunas acerca do futuro do protagonismo dos Estados Unidos como potência mundial e como conciliador de conflitos. Mas, por outro lado a eleição de uma figura como Trump fortaleceu a passagem de um ciclo de abertura mundial para outro com crescimento

do nacionalismo e da extrema direita no mundo, concedendo precedentes para essas afirmações ideológicas, assim como aconteceu na Itália, no Parlamento Europeu e proximamente no Brasil.

De um modo geral, a política externa de Trump é baseada no nacionalismo americano e no fortalecimento interno do país, por isso busca relações com atores que se assemelham com esses ideais e tenta utilizar a vantagem comparativa que tem a favor dos seus propósitos. Trump vê o ambiente político externo como um jogo de soma zero nas negociações, ou seja, alguém sempre vai acabar perdendo. Tal jogo é uma visão muito pragmática e contábil sobre as negociações entre os atores, pois busca resultados imediatos e não pensa a longo prazo nas relações entre os mesmos (PIMENTEL, 2018).

Desta forma, logo após a sua eleição as tratativas para mudanças no acordo começaram, muito em decorrência de que esse foi um dos tópicos principais durante a sua de campanha política, e como se imaginava, através de sua política externa rígida, os Estados Unidos foram impositores para os seus vizinhos. Com relação à política externa dos EUA, pode-se perceber nitidamente que houve uma ruptura no padrão de política de Estado e da visão dos interesses nacionais e internacionais como sinônimos da mesma moeda, sendo substituída pela política mais nacionalista.

A posição do governo dos Estados Unidos durante todo o período de negociações estava voltada ao fortalecimento do mercado interno, e, suas principais restrições estavam pautadas na existência de uma cláusula de segurança de saída do acordo e também relacionadas às empresas do setor automobilístico. Ao longo do tempo as negociações ficaram estagnadas, justamente por problemas relacionados às cláusulas de saída e de duração dos mesmos, sendo que uma das exigências era de que o NAFTA seria renegociado a cada cinco anos, e que cada país envolvido teria a livre escolha de se retirar do acordo a não ser que todos os três países concordassem em mantê-lo (WISEMAN; LUGO; GILLIES; 2018).

Claramente México e Canadá foram contra, pois uma simples retaliação dos EUA faria com que o acordo acabasse, deixando-os ao arbítrio do país mais forte. A solução encontrada foi que o reformulado NAFTA permanecerá em vigor por 16 anos, e a cada seis anos, os países irão reavaliar o acordo e seus resultados, e decidirão se ele terá de ser atualizado ou modificado. Após o período de 16 anos, será negociado um novo acordo (WISEMAN; LUGO; GILLIES, 2018).

Outro ponto importante é a questão do México, como visto anteriormente, sendo visível a sua interdependência nas negociações do acordo devido à questão de que a economia mexicana necessita muito do comércio bilateral com os Estados Unidos e o Canadá. Essa tônica pôde ser corroborada pelo fato de que, em relação às novas negociações do NAFTA o México foi o primeiro a concordar com os nuances do acordo, haja vista que um terço de seu PIB depende de seu vizinho, enquanto que o Canadá demorou mais tempo e foi mais duro com o governo americano.

Dentre as inúmeras questões tratadas, um dos grandes obstáculos do governo americano e do NAFTA e o ponto principal para o México, foi em torno do novo regulamento da indústria automotiva o qual será mais rigoroso. Para se ter ideia, o México exportou 2,3 milhões de veículos para os Estados Unidos no ano de 2017, de longe o seu maior mercado, pois o vizinho do Norte, compra 75% dos veículos que deixam as fábricas de montagem mexicanas (SIQUEIRA, 2018).

Assim, foi acordada a redução das importações de veículos acabados do México, que, nas últimas três décadas, tornou-se a principal plataforma de manufatura para muitos países. O novo acordo previu que 75% do conteúdo automobilístico seja produzido dentro do bloco comercial e que de 40% a 45% seja produzido por trabalhadores que ganhem ao menos 16 dólares por hora, assim protegendo mais a indústria automobilística dos Estados Unidos.

Levando em conta essa ruptura no modelo estadunidense, e olhando com esse pensamento, é racional que o mesmo procure aumentar as suas relações bilaterais ao invés de multilaterais, e no caso do NAFTA prefira diminuir a integração regional do bloco. Isso pode ser explicado, pois as aspirações do governo estadunidense ferem os preceitos de uma organização internacional, pois como mencionado no capítulo 2, a existência de uma Organização Internacional se dá quando ela manifesta uma vontade distinta dos Estados membros.

Devido a isso, as relações bilaterais encaixam-se de maneira mais fácil para se chegar a um novo acordo, em decorrência da facilidade em se negociar diretamente um país com outro, e de impor as suas exigências, ao mesmo tempo em que consegue proteger o seu mercado interno. Assim, é muito mais fácil obter resultados favoráveis e um grau de satisfação maior com os resultados desses acordos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta monografia, buscou-se atingir o objetivo geral de analisar a política externa de Donald Trump em relação ao acordo de livre comércio norte americano, o NAFTA, e as mudanças nas suas relações com os seus países vizinhos. Tomou-se como base as suas ações para com o mesmo antes e depois de eleito presidente dos Estados Unidos, em que se objetivou elencar os motivos pelos quais o seu governo quis considerar as mudanças no acordo em prol dos seus ideais e para o país. Além disso, por meio da pergunta problema, “qual a política definida pelo governo Trump para o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)?” Foi respondida no terceiro e quarto capítulo desta pesquisa, confirmando por meio das hipóteses que causas como a perda de empregos nos Estados Unidos, a fuga de empresas para os países vizinhos do acordo e o superávit dos mesmos em relação aos EUA, foram as principais causas da negatividade e da objeção de Trump em relação ao acordo antigo.

No antro introdutório, procurou-se contextualizar no âmbito político externo a importância das Organizações Internacionais na construção de um ambiente internacional mais equilibrado. No entanto, devido aos recentes acontecimentos

econômicos e também em termos de imigração, a perspectiva dos governos e da população em relação às conjunturas globais e a visão de mundo acabaram mudando, aflorando um pensamento mais nacionalista e protecionista, por vezes extremista, no que tange a cooperação. Nesse contexto, houve a entrada de Donald Trump como um novo e importante ator para a política mundial e regional, sendo que os seus preceitos básicos de governança internacional se encaixam nessa mudança de pensamento atual. Também, buscou-se entender em que patamar que o acordo de livre comércio da América do Norte se encontrava e o quão importante o mesmo é/era para a região.

No segundo capítulo, “referenciais teóricos e metodológicos”, foram apresentados e elucidados os conceitos de Política Externa, Organizações Internacionais e Interdependência, sendo que tais preceitos foram apresentados com o intuito de facilitar o entendimento das hipóteses impostas na pesquisa e servir como base teórica para a explicação das mesmas.

Outrossim, no terceiro capítulo, intitulado “Histórico do NAFTA (1994-2017)”, apresentaram-se características históricas e constitucionais acerca do acordo, demonstrando como o mesmo surgiu e o que culminou os países signatários a se disponibilizarem a assinar o tratado naquele período. Sobre isso, vale destacar que o contexto da época era muito diferente e o ambiente político externo era mais suscetível a haver uma maior aproximação regional baseada na cooperação econômica com o intuito de se obter um crescimento em conjunto.

Ademais, houve uma breve análise dos 24 anos do NAFTA, desde o período em que foi assinado até os dias atuais. Isso foi importante, pois ajudou a demonstrar algumas fases pelas quais o acordo passou e de como foi a sua formação até quando o mesmo foi alterado. Deste modo, ajudou a elucidar os motivos pelos quais o acordo foi bastante contestado desde a sua assinatura em 1994, além da razão de alguns presidentes americanos, como George W. Bush, serem a favor do acordo e outros como Barack Obama e Trump terem tecido críticas a ele.

Quanto ao quarto capítulo, “Políticas do governo Trump em relação ao NAFTA (2017-2018)”, foram demonstradas, em um primeiro momento, as características da política externa do governo estadunidense de Trump e as suas negativas ao acordo, assim como pontos e dados importantes para acentuar a importância regional e internacional do livre comércio no fomento da região.

Como resultado, as hipóteses especificadas no quarto capítulo, foram parcialmente explicadas na introdução da pesquisa, mas se complementaram no último capítulo. O fato é, que o acordo tem uma importância regional muito grande e é essencial para a economia dos três países, principalmente para o México, e isso pode-se ser percebido através dos dados relativos aos altos valores de trocas comerciais e de investimentos externos elencados na pesquisa. Todavia, Trump abstém-se desses quesitos e escolhe se ater aos fatos negativos do acordo, tomando como base a perda de empregos e a saída de empresas nos Estados Unidos para o México e o Canadá. Ainda que se observando por esse âmbito numérico, Trump procurou não citar e demonstrar os pontos positivos do acordo, sendo que o mesmo criou direta e indiretamente um número expressivo de empregos nos Estados Unidos e foi favorável a muitas empresas do país.

No decorrer desta pesquisa, o antigo NAFTA foi renegociado resultando em um acordo trilateral com os três países, o agora renomeado USMCA, *United States - México - Canadá Agreement*. Desta forma, pode-se comprovar que houve uma ruptura no paradigma acerca das integrações regionais, sendo que o princípio básico das OI's foi quebrado a partir do momento em que o acordo não favorece mais os três países de forma igualitária, mas sim tornou-se um acordo trilateral com negociações diretas entre os três países. Isso demonstra que podemos estar passando por um redesenho no ciclo econômico com uma virada mais nacionalista a favor do desenvolvimento interno.

A transformação do NAFTA dá agora aos EUA um poder maior de negociação e influência sobre os seus países vizinhos, tendo em vista o fato do novo acordo ser parametrizado por relações EUA - Canadá e EUA - México, e além de não haver mais um organismo de resolução de conflitos como havia anteriormente. Com o acordo renegociado, Trump concretiza umas das suas principais metas de campanha política, e possivelmente, mostra isso devido a outros fatores, podendo levar adiante essa linha de negociação com outros países, como por exemplo a China, a qual já demonstrou ser relutante sobre determinadas questões tarifárias.

Entretanto, a curto e médio prazo, as medidas de Trump no tocante às relações com México e Canadá, podem surtir o efeito desejado e levar a um crescimento acima do patamar que ocorreu nos anos mais recentes, muito em decorrência do novo acordo ser favorável a proteger certos setores da economia interna, como a agricultura, mineração e a de automóveis.

Contudo, parece que Trump e seu governo não têm um planejamento externo de governo voltado ao longo prazo, pois a questão do imediatismo econômico que o governo busca pode trazer alguns problemas relativos a andamento e fortalecimento de suas relações, uma vez que o país necessita constantemente de uma vasta gama de produtos externos para o seu consumo, o que demanda um grande volume de importações de vários outros países do globo para alcançar o seu equilíbrio, o que pode levar a entraves e divergências.

Não obstante, devido às atuais conjunturas globais, o protecionismo dos EUA faz com que a China ganhe mais força no âmbito internacional e mude para uma estratégia externa mais integradora, buscando uma maior interação com diversos países, o que de certa forma, acabaria substituindo a relevância americana em alguns cenários. Havendo a possibilidade desse crescimento cooperativo chinês a longo prazo, poderá trazer outros problemas para o lado americano, principalmente econômicos, pois ficariam “isolados” na tomada de decisão para algumas discussões internacionais, o que poderia enfraquecer até o novo acordo trilateral.

Dessa forma, culpar o NAFTA por todos os problemas da derrocada econômica americana talvez deixe satisfeitos alguns críticos do acordo, mas por si só o mesmo não foi capaz de diminuir a hegemonia econômica estadunidense. Para tanto, deve-se levar em conta que a crescente complexidade dos desafios econômicos e diplomáticos atuais, aliada às mudanças de ciclo e de pensamento, criaram obstáculos cada vez mais difíceis de serem resolvidos por meio de ações uniformes e simplistas, o que pode demonstrar que as atitudes não convencionais de Trump e Estados Unidos podem estar indo na contramão do que o mundo precisa.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Kimberly. Six problems with NAFTA. **The balance**, 2018. Disponível em: < <https://www.thebalance.com/disadvantages-of-nafta-3306273>>. Acesso em: 28 set. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHAMBER OF COMMERCE OF UNITED STATES OF AMERICA. **The facts on NAFTA: Accessing two decades of gains in trade, Growth, and Jobs**. Disponível em: < https://www.uschamber.com/sites/default/files/the_facts_on_nafta_-_2017.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: Planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

COSTA, Nayara B. O Nafta sob a perspectiva Mexicana. **Revista de estudos Internacionais**, 2013. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/120/pdf>> Acesso em: 15 maio de 2018.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: Introdução ao estudo da sociedade Internacional Global**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DONALD TRUMP, 2018. Disponível em: <www.donaldjtrump.com/policies/trade>. Acesso em: 15 maio de 2018.

ESPÓSITO, Katiúscia M. G. O NAFTA (North American Free Trade Agreement) e algumas consequências socioeconômicas para o México: o caso das maquiladoras. **Revista mural internacional**, 2013. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/6757/4817>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

FIGUEIRA, Ariane R. **Introdução à análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1

GARCIA, David A. Timeline – Opposed from the start, the rocky story of NAFTA. **Reuters**, 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/uk-trade-nafta-timeline/timeline-opposed-from-the-start-the-rocky-history-of-nafta-idUKKCN1AW0A2>>. Acesso em: 05 Ago. 2018.

GRAF, Claudir O., RAFFI, Sérgio A. O Nafta e sua conjuntura econômica. **V Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul, p. 1-14, 2011.

HORNERO, Antonia C. **Integración Económica y Regionalismo: Principales Acuerdos Regionales**. 3. ed. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2003.

LLANO, Pablo de. Trump pede muro “imponente” e que seja impossível de escalar. **El País**, 19 mar 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/18/internacional/1489870092_560739.html>

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, Alfredo M.; FILHO, Pio P. **Integração Regional: os blocos econômicos nas Relações Internacionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

NACIONALISMO: UM CONCEITO ANTIGO QUE ESTÁ VOLTANDO À MODA. **Politize!**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nacionalismo/>. Acesso em 02 maio 2018.

NYE, Joseph S. **Cooperação conflito nas relações internacionais**. 7. ed. São Paulo: Editora Gente, 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL COMERCIO. **Información sobre comercio internacional y acceso a los mercados**, 2018. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/statis_bis_s.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState=%7b%22impl%22:%22client%22,%22params%22:%7b%22langParam%22:%22en%22%7d%7d>. Acesso em: 12 Ago. 2018.

PIMENTEL, Matheus. Como definir a política externa dos EUA sob Donald Trump. **Nexo Jornal** 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/07/21/Como-definir-a-pol%C3%ADtica-externa-dos-EUA-sob-Donald-Trump>. Acesso em: 15 set. 2018.

PONTES, Rúbia M. 20 anos do NAFTA e a situação do México: efeitos socioeconômicos de uma integração assimétrica. **Revista Orbis Latina**. Vol. 5, 2015.

SAMPIERE, Roberto H.; COLLADO.; Carlos F.; LUCIO, Maria P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SECRETARIAT, NAFTA. **Overview**, 2018. Disponível em: <https://www.nafta-sec-alena.org/Home/About-the-NAFTA-Secretariat>. Acesso em: 20 abril 2018.

SEITENFUS, Reinaldo. **Manual das Relações Internacionais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SIQUEIRA, Tainan H. EUA e Canadá prolongam as negociações do novo NAFTA. **Jornal CEIRI**, 2018. Disponível em: <<https://jornal.ceiri.com.br/eua-e-canada-prolongam-as-negociacoes-do-novo-nafta/>>. Acesso em: 21 set. 2018.

SONNELAND, Holly K. **Chart: NAFTA by the numbers in 2017**. **Americas Society Council of the Americas**, 2018. Disponível em: <<https://www.as-coa.org/articles/chart-nafta-numbers-2017>>. Acesso em: 05 set. 2018.

TRUMP CONFIRMA QUE VAI SAIR DO NAFTA CASO ACORDO NÃO SEJA REVISTO. **Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/trump-confirma-que-vai-sair-do-nafta-caso-acordo-nao-seja-revisto-5naj2jj5ozq9rb212xowtys37>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

TRUMP DIZ QUE MÉXICO NÃO CONTROLA A FRONTEIRA E AMEAÇA O NAFTA. **Exame**, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/trump-diz-que-mexico-nao-controla-a-fronteira-e-ameaca-o-nafta/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Trade in Goods with Mexico**. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c2010.html>>. Acesso em: 05 set. 2018.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Trade in Goods with Canada**. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c1220.html>>. Acesso em: 05 set. 2018.

WALLACH, Lori. Os vinte anos do NAFTA e as miragens do Livre Comércio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/os-vinte-anos-do-nafta-e-as-miragens-do-livre-comercio/>>. Acesso em: 12 abril 2018.

WHARTON UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. **O impacto do NAFTA sobre a economia americana, quais são os fatos?**. Disponível em: <<http://www.knowledgeatwharton.com.br/article/o-impacto-nafta-sobre-economia-americana-quais-sao-os-fatos/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

WISEMAN, Paul; LUGO, Luis A; GILLIES, Rob. Trump anuncia acordo preliminar com o México. **Valor Econômico**, 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/5777475/trump-anuncia-acordo-preliminar-com-o-mexico>>. Acesso em: 12 set. 2018.